

NOTÍCIAS

A “Era da Troika” requer rentabilidade, credibilidade e internacionalização

O Seminário de Alta Direcção em Maputo foi um sucesso

As empresas estão aptas para defenderem os seus sinais distintivos

AESE, Entrajuda e Millenniumbcp ensinam a gerir melhor instituições sociais

Investigação AESE

OPINIÃO

To Do's em tempos de crise

O Boi do Orçamento

PASSAPORTE

PANORAMA

Diminui a pobreza em todo o mundo

O novo código espanhol de ética médica aborda temas debatidos

“Mentes del Futuro”

DOCUMENTAÇÃO

Calendário escolar: como se aprende mais?

Os pais perante as notas dos filhos

A zona Erasmus: 25 anos de sucesso

AGENDA

AESE WLF: Respostas civis a questões políticas

Lisboa, 27 de novembro

Executive LL.M
Lisboa, 14 de janeiro

Master class do Executive MBA AESE/IESE
Lisboa, 16 de janeiro

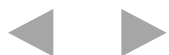
PDE – Programa de Direcção de Empresas
Porto, 29 de janeiro
Lisboa, 30 de janeiro

TIC: Fazer melhor com menos custos
Lisboa, 29 de janeiro

Gestão estratégica de grandes contas
Lisboa, 11 e 12 de fevereiro
Porto, 14 e 15 de fevereiro

30 de outubro de 2012

AESE e Accenture lançam nova edição do estudo sobre “A gestão empresarial em 2012”



A “Era da Troika” requer rentabilidade, credibilidade e internacionalização

A AESE e a Accenture acabam de divulgar o estudo «A Gestão Empresarial em Portugal: Estratégias de Crescimento na “Era da Troika”», um diagnóstico da atual situação económica e social do país na perspetiva dos decisores das principais empresas portuguesas.

Com base em questionários respondidos por 446 executivos de topo, este estudo faz uma análise da presente situação das empresas portuguesas relativamente à sua competitividade em face do contexto económico, procurando antecipar as principais tendências para os próximos anos. Luís Pedro Duarte, Partner da Accenture, responsável pela área de Estratégia em Portugal, afirma que “a confiança crescente nas próprias capacidades, o foco na ren-

tabilidade e a aposta na internacionalização são algumas das principais reflexões que se podem extrair desta edição do estudo que desenvolvemos com a AESE. Estes indicadores vêm confirmar os tópicos em que temos vindo a apoiar os nossos clientes e que os executivos nacionais consideram como focos prioritários neste novo contexto económico”.

O [Professor Adrián Caldart](#), Responsável da área de Política de Empresa da AESE e Coordenador Geral do estudo «A Gestão Empresarial em Portugal: Estratégias de Crescimento na “Era da Troika”» destaca que “o tradicional foco da empresa portuguesa em ser o low cost producer já é algo do passado.

As empresas portuguesas estão a competir no mundo em busca de



Prof. Adrián Caldart, Professor da AESE, responsável pelo estudo apresentado



nichos rentáveis, onde possam obter melhores margens de lucro através do serviço ao cliente, da qualidade ou da agregação da sua oferta numa solução integral que os clientes valorizem.”

O estudo revela também que as prioridades das empresas portuguesas são “manter a rentabilidade” (78%), “melhorar a eficiência e a produtividade” (78%) e “otimizar processos produtivos e/ou de suporte” (78%), o que coloca uma tônica clara na adequação das estruturas de custos ao contexto atual de contração da procura interna. A proporção dos que entendem que a competitividade das empresas portuguesas melhorou face ao ano anterior, aumentou pela primeira vez em vários anos. 72% dos empresários portugueses têm como objetivo primordial aumentar a rentabilidade com os seus negócios no estrangeiro. O Brasil é o mercado preferido no momento de expandir negócios ou iniciar novos, seguido de perto por Angola e Moçambique.

[Galeria de Fotografias](#)

Artigo publicado nos Media

[A Troika manda crescer para fora](#), 15-11-2012 in Jornal de Negócios



(Na fotografia, da esquerda para a direita) Prof. Adrián Caldart (AESE), Luís Filipe Pereira e Luís Pedro Duarte (Accenture)

Luís Filipe Pereira foi orador convidado para fazer o enquadramento económico tendo em conta a sua experiência profissional passada na liderança da EFACEC. “O mundo mudou bastante nos últimos 20 anos”: “a globalização é um facto e as PME’s têm feito um esforço grande de internacionalização.”

Esta realidade “não aponta necessariamente para a exportação. Nem todas as empresas têm dimensão: as maiores podem ser um veículo indireto para a exploração do mercado estrangeiro. ▣

[De 5 a 6 de novembro de 2012](#)

[Professores Adrián Caldart e Fátima Carioca estiveram em Moçambique para a 2ª edição do](#)

Seminário de Alta Direcção em Maputo foi um sucesso

Internacionalização e Gestão de Talento foram os temas desenvolvidos pelos Professores da AESE [Adrián Caldart](#) e [Fátima Carioca](#) junto de dirigentes de primeira linha de empresas a operar em Moçambique.

Neste seminário abordou-se a problemática específica que enfrentam os dirigentes de topo no exercício das suas funções de uma forma integrada.

Francis Okello, Chairman do Serena Group of Hotels & Lodges e Diretor Executivo de Legal and Corporate Affairs no IPS - Industrial Promotion Services Group of Companies, foi um dos conferencistas convidados.

A discussão dos vários casos de estudo recentes ajudaram os vinte e dois participantes, portugueses e



Prof. Fátima Carioca com os participantes do 2º SAD em Maputo

moçambicanos, sobretudo do setor privado, a serem capazes de decidir mais estruturadamente nas quatro áreas estratégicas: os negócios e os seus fatores chave de sucesso, a organização da empresa, a

gestão estratégica das pessoas e os aspetos corporativos. ▣

25 de outubro de 2012

César Bessa Monteiro, Advogado e Presidente da ACPI, convidado do Agrupamento de Alumni da AESE, afirma que

As empresas estão aptas para defenderem os seus sinais distintivos

A investigação e a inovação são condições incontornáveis para as empresas que se pretendem diferenciar e tornar sustentáveis, nomeadamente num contexto económico de incerteza.

A proteção da inovação, por ser um tema que merece a atenção dos dirigentes e empresários foi o assunto debatido por César Bessa Monteiro, Advogado e Presidente da Associação Portuguesa dos Consultores em Propriedade Industrial, numa sessão de continuidade promovida pelo Agrupamento de Alumni da AESE, no dia 25 de outubro, em Lisboa.

Numa entrevista à AESE, César Bessa Monteiro sintetizou as prioridades que devem ser consideradas ao encarar a inovação e a sua salvaguarda.

1. Como podem as empresas proteger os seus investimentos em I&D?

A investigação e a inovação são um fenómeno importante que as empresas não podem ignorar, sobretudo em períodos de crise. A União Europeia no final de 2010 publicou um ato único, com uma série de medidas destinadas a fortalecer a economia da Europa. Foram cinquenta medidas das quais a proteção da inovação e dos direitos de propriedade intelectual faziam parte. As empresas não só portuguesas mas também as estrangeiras não podem ignorá-las, pois quem inova e investe pode ver o fruto da sua inovação frustrado, porque podem ser terceiros a aproveitarem-se desse trabalho: o que inventam e os sinais distintivos que as marcas criam. De resto, as empresas portuguesas, no atual





período, têm-se portado muito bem, como sabemos: são organizações exportadoras, que têm competido com grande sucesso lá fora, e que quer no campo das indústrias tradicionais – calçado, vestuário -, quer das tecnologias de informação e bioquímica, têm dado cartas.

As empresas não podem deixar de considerar que a inovação é importante, que há um novo paradigma económico, que não se baseia no custo baixo do salário, mas na investigação e na inovação. Mas não basta inovar, é preciso proteger, daí o nome desta sessão de continuidade”, organizada pelo Agrupamento de Alumni da AESE.

2. O que difere no enquadramento jurídico de proteção da propriedade industrial a nível nacional e internacional?

O enquadramento jurídico nacional e internacional não diferem muito, dados os compromissos de Portugal com a União Europeia e com a organização Mundial de Comércio. Em termos de legislação, Portugal

implementou todas as diretivas e regulamentos comunitários – estes aplicados automaticamente – da União Europeia e da Administração de Marcas. Portanto em relação à legislação é igual. O que pode diferir de facto é a execução da legislação. Nós temos um problema em Portugal no que se refere à execução, isto é, de demora nos tribunais, que se procurou resolver através da criação e da instalação, a partir de 1 de abril deste ano, do tribunal da propriedade intelectual. As empresas portuguesas, se quiserem, estão aptas e conseguem proteger devidamente a sua inovação e os seus sinais distintivos.

3. Quais as sugestões que gostaria de deixar aos dirigentes e executivos de pequenas e grandes empresas?

Como profissional desta área, sempre digo que os administradores das pequenas, médias e grandes empresas não podem ver a propriedade intelectual como um custo: têm que ver tudo o que gastam em proteção como um

investimento. Porque todo um esforço de investigação e inovação pode, de repente, ser posto em causa, porque não o protegeram cá ou lá fora. ■

[Início a 04 de fevereiro de 2013](#)

[6ª edição do Programa GOS – Gestão das Organizações Sociais](#)

AESE, Entrajuda e Millenniumbcp ensinam a gerir melhor instituições sociais

O 6º [GOS](#) arranca a 4 de fevereiro de 2013, sob a direção de [Beatriz Abreu](#).

Ao longo dos anos, o interesse dos dirigentes do Terceiro Setor pelo programa dirigido a instituições da Economia Social tem sido crescente.

O sucesso do GOS deve-se não só aos conteúdos programáticos e aos professores e conferencistas, como também ao entusiasmo dos participantes que, com a troca de experiências e o treino intensivo de tomada de decisões com base em casos reais, recomendam esta formação a colegas e amigos. ▣



Participantes na 5ª edição do GOS

[Investigação AESE](#)

Sair mais forte da crise: Dez ideias para reforçar o valor da Empresa

Esta é a mais recente Nota Técnica da autoria do [Prof. Eugenio Viassa Monteiro](#), para ajudar a pensar com frescura, sem inibições de qualquer tipo, sobre como aproveitar a crise para dar um grande salto em frente na sua empresa. Depois de se referir às causas da crise atual, centra-se na melhoria da competitividade mediante um forte aumento da produtividade acompanhado de uma redução, senão de eliminação dos custos que não incidem diretamente na produção.

Cada ideia apresentada para melhorar a produtividade (reduzir custos, explorar mercados em grande crescimento, fomentar inovações de rutura e também incrementais) é acompanhada de um ou de vários casos, cuja aplicação se traduziu em muito bons resultados, em diferentes partes do mundo.

Com base em casos de vários países, discutidos nos programas e arrancando de um texto de Einstein, Eugénio Viassa Monteiro identifica dez medidas já testadas que são sempre atuais.

Segundo o Professor, “As ideias, isoladamente, ou em conjugação umas com outras, e mesmo usadas sequencialmente, podem dar resultados alentadores. Vale a pena tentar, com paciência, sem precipitações, e não se sentir derrotado logo à partida, pensando que não há nada que fazer.”

[Download da Nota Técnica “Sair mais forte da crise: Dez ideias para](#)



AGENDA



Programa



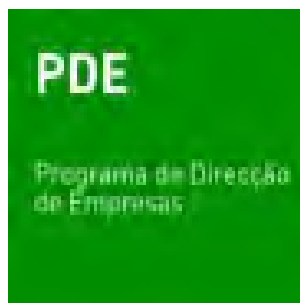
Programa
Executive LL.M
Lisboa, 14 de janeiro

[Saiba mais >](#)



Programa
Master class Executive MBA AESE/IESE
Lisboa, 16 de janeiro

[Saiba mais >](#)



Programa
PDE
Porto, 29 de janeiro
Lisboa, 30 de janeiro

[Saiba mais >](#)

Seminário



Seminário
TIC: Fazer melhor com menos custos
Lisboa, 29 de janeiro

[Saiba mais >](#)

Evento



AESE WLF
Respostas civis a questões políticas
Lisboa, 27 de novembro

[Saiba mais >](#)



Seminários
Gestão Estratégica de grandes Contas
Lisboa, 11 e 12 de fevereiro
Porto, 14 e 15 de fevereiro

[Saiba mais >](#)

BLOG



Partilhe connosco a sua opinião



[Jorge Ribeiro Machado](#), Professor e responsável pela área de Operações e Tecnologia da AESE

“To Do’s em tempos de crise”

“O que é que as empresas devem fazer para conseguir superar estes tempos difíceis? O IESE fez um estudo (Estudio Improven) para tentar responder a esta questão, e as respostas, se bem que diretamente aplicáveis em Espanha, são facilmente transferíveis para as empresas que atuam em Portugal. (...)”

[Leia mais](#)

Publicado no Diário Económico, a 29 de outubro de 2012



[José Miguel Pinto dos Santos](#), Diretor Executivo do [Executive MBA AESE/IESE](#) e Professor de Finanças

“O Boi do orçamento”

“Em tempos que já lá vão, existia uma boa razão para o orçamento de estado apresentar conjuntamente um deficit: reduzir o diferencial entre o PIB atual com o PIB potencial, isto é a diferença entre o que se produzia e o que se poderia produzir. Este diferencial surgia normalmente quando o consumo das famílias ou o investimento das empresas se contraía. (...)”

[Leia mais](#)

Publicado no Expresso, a 20 de outubro de 2012



PASSAPORTE



Carlos Lacerda (30º [PADE](#)) foi nomeado Managing Director da Microsoft Malásia, após ter exercido vários cargos de liderança no Grupo Microsoft, na Europa. Carlos Lacerda afirmou estar entusiasmado por se juntar à família da Microsoft Malásia, no ano em que se festeja o 20º aniversário da Microsoft naquele país.



Margarida Reis (28º [PADE](#)) proprietária da empresa familiar Equanto, detentora da marca Origens Bio, aposta em novos mercados internacionais através de contratos com grandes superfícies como a Auchan, El Corte Inglés e o Intermarché.



Pedro Barbosa (50º [PDE](#)), é o novo Diretor de Expansão da Era Portugal.

**PANORAMA**

Diminui a pobreza em todo o mundo

Segundo estimativas do Banco Mundial recentemente publicadas, de 2005 a 2008 a pobreza diminuiu em todas as regiões do mundo. É a primeira descida geral desde que se começaram a elaborar estas estatísticas trienais, em 1981.

O número de pessoas em situação de pobreza extrema (com rendimentos inferiores ao equivalente a 1,25 dólares diários, segundo a definição convencional) baixou de 1.390 milhões (25,1% da população dos países em desenvolvimento – PED) em 2005, para 1.290 milhões (22,4%) em 2008. Não existem dados definitivos posteriores, mas os preli-

minares de 2010 indicam que a pobreza continuou a baixar e que já pode ter sido alcançado antes da data limite, 2015, o primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milénio (ODM): reduzir a pobreza em 50% relativamente a 1990.

Se isto se confirmar, significaria que a crise financeira e o encarecimento dos alimentos e dos combustíveis não impediram que os PED tenham continuado a prosperar em termos gerais. “No passado”, salienta Charles Keny, do Center for Global Development, “as crises económicas nos países ricos tinham um efeito significativo e imediato sobre os PED. Mas, desta vez, o impacto foi muito me-

nor, e os PED não foram arrastados para uma recessão longa e uma recuperação lenta, na esteira dos Estados Unidos e da Europa” (“The New York Times”, 7-03-2012).

Naturalmente, embora a população em situação de pobreza extrema seja de 650 milhões menos do que em 1981, esses países continuam a estar muito longe da média dos países desenvolvidos. “Além disso, em 2015, continuarão a existir mil milhões de pessoas em situação de pobreza extrema”, afirma Martin Ravallion, diretor do Grupo de investigações do Banco Mundial e chefe da equipa que elaborou os dados. E,

»»



se se tiverem em conta as pessoas num estado de pobreza não extrema (até 2 dólares diários), constata-se que a redução não foi assim tão grande. Concretamente, o número de pobres, segundo esta definição, baixou 114 milhões entre 1981 e 2008: de 2.585 milhões (69,6% da população dos PED), para 2.471 milhões (43%).

A Ásia Oriental e o Pacífico são a zona onde houve mais progressos, sobretudo neste século. Aí, a pobreza extrema baixou de 77% da população em 1981, para 14% em 2008; em 1999, a taxa ainda era de 35%. Grande parte da

melhoria deve-se ao espetacular avanço da China: de 84%, para 13%.

Na Ásia Meridional, a melhoria foi mais lenta, de 61% em 1981, para 36% em 2008.

A África Subsariana, a região com mais pobreza, conseguiu em 2008, pela primeira vez, baixar dos 50%, ao diminuir o número de pobres em 9 milhões de pessoas durante o triénio precedente.

O Médio Oriente e o norte de África têm uma taxa de pobreza extrema de 2,7%, que totaliza 8,6 milhões de pessoas.

Também as restantes regiões (América Latina e Caraíbas, Europa Oriental e Ásia Central) têm índices de pobreza extrema inferiores a 10%.

“Olhando para o balanço dos dados, estamos perante um tempo prometedor na luta contra a pobreza”, conclui Jeffrey Sachs, ex-diretor do projeto ODM.



:

População que vive com menos de 1,25 \$ diários
PPP 2005; percentagem e milhões de pessoas

Região		1990	1999	2002	2005	2008
Ásia Oriental e Pacífico	%	56,2	35,6	27,6	17,1	14,3
	milh.	926,4	655,6	523,1	332,1	284,4
China	%	60,2	35,6	28,4	16,3	13,1
	milh.	683,2	446,3	363,1	211,9	173,0
Europa Oriental e Ásia Central	%	1,9	3,8	2,3	1,3	0,5
	milh.	8,9	17,8	10,6	6,3	2,2
América Latina e Caraíbas	%	12,2	11,9	11,9	8,7	6,5
	milh.	53,4	60,1	62,7	47,6	36,8
Médio Oriente e norte de África	%	5,8	5,0	4,2	3,5	2,7
	milh.	13,0	13,6	12,0	10,5	8,6
Ásia do Sul	%	53,8	45,1	44,3	39,4	36,0
	milh.	617,3	619,5	640,5	598,3	570,9
África Subsariana	%	56,5	58,0	55,7	52,3	47,5
	milh.	289,7	376,8	390,4	394,9	386,0
Total	%	43,1	34,1	30,8	25,1	22,4
	milh.	1.908,6	1.743,4	1.639,3	1.389,6	1.289,0
Total excluída a China	%	37,2	33,6	31,5	27,8	25,2
	milh.	1.225,5	1.297,0	1.276,2	1.177,7	1.116,0

**PANORAMA**

O novo código espanhol de ética médica aborda temas debatidos

O direito do médico à objeção de consciência, o atendimento dos doentes terminais e os testes genéticos são os principais temas que, pela primeira vez, têm capítulos próprios no novo código ético dos médicos espanhóis. O texto trata também, sem grandes novidades, de outros assuntos sobre os quais mudanças legislativas podem provocar conflitos: a reforma do aborto de 2010, ou um projeto de lei, sobre os direitos dos pacientes terminais, que acabou por não se concretizar.

ca Colegial (OMC) em 2011, substituiu o de 1999. Na apresentação pública, Juan José Rodríguez Sendín, presidente da OMC, destacou a dedicação de um capítulo novo à objeção de consciência. Pediu, além disso, que seja regulado o exercício deste direito, muitas vezes obstaculizado. “Não pode acontecer que, de cada vez que um médico queira aplicar o seu direito a objetar, tenha de travar uma batalha”.

Nos artigos sobre objeção, é feita uma precisão importante. Quando o sistema de saúde oferece intervenções sem estrita necessidade

terapêutica (aborto a pedido, mudança de sexo, esterilização...), o médico conserva o seu direito não só à objeção de consciência como, também, a não ser forçado a intervir contra o seu critério científico e a sua opinião sobre o que é melhor para o doente. “A objeção de ciência”, salienta o Código, “tem uma proteção deontológica ao abrigo do direito à liberdade de método e prescrição, sendo diferente da objeção de consciência” (artigo 33.º).

Outro capítulo novo é dedicado ao atendimento médico no final da vida. O primeiro princípio deonto-

»»



lógico é que, quando não é possível curar, o médico continua a estar obrigado a procurar o bem-estar do enfermo. Consequentemente, “nunca provocará intencionalmente a morte de nenhum paciente, nem sequer no caso de pedido expresso por parte deste” (artigo 36.º). Esta norma figura no Juramento Hipocrático.

O Código condena a “obstinação terapêutica” e manda respeitar os critérios do paciente, expressos, por exemplo, no documento de vontades antecipadas, “a não ser que sejam contra a boa prática médica” (artigo 36.º, n.º 4). Sobre outro ponto discutido, a sedação terminal (“na agonia”, afirma com mais precisão o texto), diz que “é científica e eticamente correta so-

mente quando existem sintomas resistentes aos recursos terapêuticos disponíveis e se dispõe do consentimento do paciente, implícito, explícito ou delegado” (artigo 36.º, n.º 5).

Sobre os testes genéticos, outro capítulo novo, o Código sublinha a necessidade de ter o consentimento do doente – e dos restantes envolvidos no caso de investigação da paternidade ou da maternidade – e de guardar segredo sobre os dados obtidos.

O capítulo sobre reprodução humana começa por dizer: “O ser humano é um fim em si mesmo em todas as fases do ciclo biológico, desde a concepção até à morte” (artigo 51.º). E adverte

pouco depois que, perante as possibilidades mais amplas de intervir na origem e princípio das vidas humanas, “nem tudo o que é tecnicamente viável é eticamente aceitável”.

Concretamente, o Código declara contrária à ética qualquer manipulação genética não terapêutica, assim como qualquer intervenção sobre o embrião ou feto “que não tenha uma clara finalidade diagnóstica ou terapêutica e que não redunde num benefício para ele” (artigo 53.º, n.º 1). Também se veta a clonagem humana e a criação de embriões para fazer experiências com eles (artigo 53.º, n.º 2). Estas duas proibições são reiteradas no capítulo sobre a investigação com seres humanos.



Rejeitam-se, além disso, os testes genéticos com objetivos eugénicos, ou para fixar o prémio de uma apólice de seguro.

A reprodução assistida só é admitida como último recurso “para resolver a infertilidade do casal uma vez esgotados os procedimentos naturais”. É proibida para mulheres que tenham atingido a menopausa ou tenham feito os 55 anos. Se se utilizarem estas técnicas, “o médico não deve fecundar mais óvulos do que aqueles que esteja previsto implantar, evitando embriões excedentes”, algo que a lei espanhola, pelo contrário, permite.

Em relação aos que sofrem de doenças sexualmente transmissíveis, o médico deve dizer ao

paciente que está obrigado a informar o seu parceiro e que, se não o fizer, o mesmo médico terá de revelar o facto para proteger a saúde da outra pessoa (artigo 56.º, n.º 5).

A reforma que legalizou o aborto, a pedido, nas primeiras 14 semanas, coloca como um dos requisitos que a grávida tenha sido informada sobre os direitos e ajudas públicas à maternidade a que pode recorrer. Se optar por abortar, também lhe deve ser comunicado, em envelope fechado, aonde pode ir para receber assessoria antes e depois da intervenção. E para a validade do consentimento informado, há que explicar-lhe as possíveis consequências médicas, psíquicas e sociais do aborto. Esta última

condição aplica-se igualmente aos restantes pressupostos de aborto. A lei não diz quem deverá disponibilizar essa informação no hospital público ou clínica autorizada. Entregar o envelope qualquer um pode encarregar-se disso. Mas é evidente que as explicações de viva voz muitas vezes irão recair no médico, pelo menos as relativas à natureza e aos riscos do aborto.

Por isso, havia interrogações sobre se um médico podia recusar dar à mulher essas informações exigidas pela lei, na medida em que estariam em causa um passo prévio ao aborto e o pressuposto da participação no processo. O Código Deontológico (artigo 55.º) precisa que o médico é obrigado a fazê-lo, pois deve sempre comuni- »»



car aos pacientes tudo o que for necessário (prognóstico, opções, riscos...) para que avaliem a sua situação e possam decidir. Aquilo que não lhe impõe a deontologia, é dar a informação sobre outros assuntos exigida também pela lei, como uma relação de estabelecimentos aonde pode abortar ou os trâmites para o fazer. Tão-pouco a própria lei encomenda isso ao médico. Não parece, portanto, que se aplique aqui o direito à objeção de consciência.


O dever do médico é aconselhar o que considera melhor para o paciente, neste caso como em todos. Daí o Código, ao abordar o aborto, estipule que se uma mulher decide efetuar-lo, nem por isso o médico fica dispensado de a informar sobre as ajudas sociais

às quais teria direito se prosseguisse com a gravidez, assim como sobre “os riscos somáticos e psíquicos que, de forma razoável, possam derivar da sua decisão”. Ao mesmo tempo, a objeção de consciência ao aborto não exime o médico de informar a mulher sobre os requisitos legais, nem de “resolver, por si mesmo ou mediante a ajuda de outro médico, os problemas médicos que o aborto ou as suas consequências possam suscitar”.

O conselho deve ser sincero e leal. O médico deve proporcionar “informação adequada, fidedigna e completa sobre a evolução da gravidez e o desenvolvimento do feto. Não é conforme à ética médica negar, ocultar ou manipular informação para influir na decisão

da mãe sobre a continuidade da sua gravidez”. E o Código começa o artigo sobre o aborto com esta declaração de princípios: “O médico está ao serviço da preservação da vida a ele confiada, em qualquer dos seus estádios” (artigo 51.º, n.º 1).

Os outros dois temas com capítulos novos são a dopagem de desportistas e a docência da Medicina.

É possível ter um acesso ao texto completo do Código de Deontologia Médica em www.cgcom.org/sites/default/files/codigo_deontologia_medica_0.pdf 



PANORAMA

“Mentes del Futuro”

“Future Minds”

Autor: Richard Watson
Viceversa. Barcelona (2011).
227 págs.
Tradução (castelhano):
Manuel Manzano.

Têm interesse, sem dúvida, os ensaios que procuram analisar os efeitos culturais da revolução digital. Este de Richard Watson é talvez mais um entre esses ensaios, embora a sua relevância se apoie na cuidada e ampla documentação de relatórios provenientes de universidades e centros de análise anglo-saxónicos.

O autor é um guru da previsão estratégica e do desenho de cenários futuros. No seu livro, descreve a situação atual e prevê um futuro protagonizado por gerações de *screenagers*, digitais nativos que nasceram e estão a crescer na cultura do ecrã.

Watson não é dos que se limitam a assustar com a descrição de apocalípticos cenários de estupidez e frivolidade cibernética. A sua preocupação com as carências que envolvem esse *habitat* cultural, que está a renovar a “instalação elétrica dos nossos cérebros”, não termina no mero diagnóstico da doença. Aconselha

um tratamento inteligente e prático baseado na “dieta digital” e num elogio decidido da lentidão reflexiva e no sossego.

Ao longo do livro fica claro que as tecnologias digitais não são malvadas bugigangas. Como sempre acontece, é o utente quem as torna boas ou más. Watson critica sobretudo as atitudes acomodáticas dos que utilizam as novas tecnologias a partir da preguiça intelectual. Inclui neles, por exemplo, os que acreditam que a memória é o Google; os que se refugiam nas redes sociais para ocultar as suas deficiências no contacto humano; os que apreciam o elogio

»»



fácil, omnipresente nas redes ou que se contentam com explicações fáceis num mundo informativo digital que ignora o contexto.

Original e sugestivo é promover uma dieta digital. Perder quilos de urgências, distrações e ansiedades próprias do comportamento hiper comunicativo *on line*.

Mas não basta: à dieta baixa em calorias tem de se juntar o exercício de competências para governar serenamente a capacidade de atenção, aptidões que são facilitadoras do pensamento significativo. Talvez esta seja a principal virtualidade da obra de Watson: um leque de medidas destinadas a fazer dos cenários habituais, conquistados nos últimos tempos pe-

los aparelhos tecnológicos, espaços para o pensamento profundo.

Uma das medidas é alguma ascese de desconexão digital, mas Watson vai mais além: da organização de espaços arquitetónicos – recuperar os pórticos, diz Watson, e não se refere aos desportivos –, ao repensar das rotinas próprias do descanso – ouvir música que nunca se ouviu, passear por lugares novos e conversar com pessoas que não conhecemos –, passando por recuperar os “terceiros lugares” (terrenos intermédios que habitamos cada vez com mais frequência e que não são nem o lar nem o trabalho) para a prática qualificada da arte da conversa.

M. A. S. N. ■



Nota:

No nosso nº 590, pág. 18, onde saiu «empre-o», devia ter saído «emprego».



DOCUMENTAÇÃO



Calendário escolar: como se aprende mais?

Com o ano letivo a decorrer, é interessante comparar os calendários dos países europeus e os seus resultados no PISA, a partir de um estudo publicado pela rede educativa Eurydice.

Férias de verão

A duração das férias de verão é muito marcada por fatores geográficos: nos países do sul da Europa, os alunos desfrutam, em geral, de uma paragem mais longa que nos do norte do seu continente. No entanto, esta tendência admite bastantes exceções. Por exemplo, as férias estivais duram mais ou menos o mesmo (10–11 semanas) em países tão distantes como Espanha,

Suécia, Finlândia, Roménia, Islândia ou Hungria.

No grupo dos países com um período mais longo (12–13 semanas) encontram-se Turquia, Itália e Grécia, representantes da região mediterrânica, mas também as três repúblicas bálticas: Estónia, Letónia e Lituânia. Como no caso anterior, é difícil encontrar similitudes climáticas ou culturais entre estes estados.

Os países com menos férias de verão estão concentrados geograficamente em dois blocos: por um lado, as nações da Grã-Bretanha (com exceção da Irlanda do Norte) e, por outro, Suíça, Alemanha, Holanda e Dinamarca. Em todos

eles, o período de descanso dura apenas seis ou sete semanas, e vai desde princípios de julho a meados de agosto na Escócia, Dinamarca e Suíça, ou desde finais de julho a princípios de setembro na Inglaterra e no País de Gales. Na Alemanha e Holanda depende muito da região. Por último, existe um quarto grupo de países com férias de oito a nove semanas, entre os quais encontramos quase todos os da Europa Central, mais França, Inglaterra e Noruega.

Como é lógico, as datas de começo e final do ano letivo dependem, em grande parte, do clima do país. Assim, as aulas começam antes (por volta de 20 de agosto)





em todo o norte da Europa, excetuando na Suécia e na Irlanda e, também, nas repúblicas bálticas, que têm um calendário escolar muito parecido com o da região mediterrânica.

Podemos observar num quadro ao lado, publicado pela “Aceprensa”, a planificação de férias na Europa:





Mais dias sem aulas no Sul

Costuma dizer-se que os países com férias mais curtas no verão as compensam com outros descansos ao longo do ano: as férias de outono, Natal, inverno, primavera / Semana Santa e, inclusivamente, alguns dias no começo de maio. Isto é verdade apenas em parte. Entre os países com mais dias sem aulas no total, predominam os que desfrutam de um longo verão. Assim acontece nas repúblicas bálticas e em Portugal; a Espanha e a França completam o grupo de países com menos dias letivos. O caso da França é singular: um verão relativamente curto (do tipo centro-europeu) é compensado com o maior número de dias sem aulas ao longo do ano letivo, cerca de

62 dias. No extremo oposto está a Turquia: 13 semanas de verão, mas somente 19 dias sem aulas durante o ano letivo.

Dos países com menos férias totais, todos têm um verão curto: alguns mais (Grã-Bretanha, Dinamarca e Holanda) e outros menos (Noruega, Polónia, República Checa e Eslováquia). Neste aspeto, verifica-se uma clara divisão geográfica, com as exceções já comentadas das repúblicas bálticas e Turquia. Em geral, pode-se afirmar que os alunos do sul da Europa têm mais dias de descanso do que os do norte e do centro do continente. Se houvesse que procurar países que representem os valores médios europeus, tanto na duração do verão, como nas férias totais, esses seriam a

Áustria, a Finlândia, a Islândia ou a Bélgica.

Mesmo modelo, diferentes pontuações

É interessante comprovar se o maior número de dias letivos tem correspondência com mais horas totais de formação, e qual destes dois fatores está mais ligado ao sucesso académico. Mais uma vez, as exceções são tantas que não é simples apresentar regras gerais.

Isolar o fator da duração do verão e o dos dias letivos não serve para chegar a grandes conclusões. Entre os países com verões longos predominam os maus resultados no PISA (Letónia, Lituânia, Espanha, Portugal, Itália, »»



Grécia), mas também há médios (Suécia ou Hungria) e bons (Estónia, Finlândia, Islândia). O mesmo se pode dizer quanto aos dias letivos: a menor quantidade, piores resultados, embora Suécia e França sejam duas exceções a esta tendência. E o contrário: República Checa e Eslováquia, dois dos países com menos dias sem aulas, obtêm pontuações abaixo da média da OCDE e, no entanto, Polónia e Holanda destacam-se nos *rankings*.

É notório que, em geral, os países com maior carga letiva em número de horas (dados de “Education at a Glance”, OCDE 2011, são também alguns dos que menos dias letivos acumulam durante o ano. Assim acontece em Itália, Espanha, França ou Estados

Unidos. Estes países modelo “horário comprimido” comportam-se de maneira diferente no teste PISA: os dois primeiros situam-se claramente abaixo dos resultados médios da OCDE, enquanto que os dois últimos se situam na média.

Os outros dois países com grande número de horas de aula por ano letivo são a Bélgica e a Holanda, ambos com poucos dias de férias, incluindo as de verão. Pertencem, portanto, a um segundo modelo: muitas horas, mas muito repartidas. Ambos obtêm muito bons resultados no PISA. De facto são, a seguir à Finlândia, os melhores no espaço europeu.

Todavia, outros países europeus e não europeus mostram que o

modelo holandês e belga não é o único capaz de atingir a excelência. Finlândia, Alemanha, Japão e Coreia do Sul (todos eles com sucesso no PISA) exemplificam como se podem conseguir grandes resultados sem tanta carga letiva (embora no caso da Coreia do Sul, haja que contar com o elevado número de horas que os alunos passam, em academias privadas, quando terminam o horário de ensino regulamentado).

A Finlândia é a demonstração prática de que poucas aulas (100 a menos do que a média da OCDE para um ano letivo aos 13 anos) e um número de dias letivo médio, não estão em conflito com a qualidade educativa. O caso da Estónia acaba por anular qualquer

»»



tentativa de estabelecer normas gerais: um verão muito longo, poucas horas de aula, poucos dias letivos e, no entanto, obtém um dos melhores resultados europeus no PISA.

F. R.-B. ■

DOCUMENTAÇÃO



Os pais perante as notas dos filhos

São muitos os pais que assumem recriminações quando recebem o boletim de notas dos seus filhos com resultados negativos. Aquilo que deveria ser uma ocasião para dialogar com eles (para educar), converte-se numa zanga muito marcada, num sermão muito pomenorizado, ou numa série de ameaças e de ultimatoss.

Nesta situação, a expectativa deve ser deslocada para o lado dos pais. O boletim de classificações é um documento que deve saber-se interpretar: trata-se de uma radio-

grafia do nosso filho ou filha e, como tal, devemos olhá-la a contraluz, ler entre linhas e decidir o seu conteúdo. Não tem de ser o fulcro que tudo sustenta, a mania obsessiva, o fim que justifica os meios, mas algo como um final de partida quando se colocam as cartas de costas. Tenham sido boas ou más, o comentário sobre as notas deve ser uma oportunidade para educar.

Para não fazermos recriminações quando recebemos as notas dos nossos filhos, deveríamos:

Procurar soluções. Perante um “desastre académico”, há que parar para analisar os possíveis motivos, causas e circunstâncias que puderam influenciar os resultados. Não se trata de procurar culpados, mas de propor soluções. Talvez haja que haver algum reforço ou reestruturação de horários, talvez se tenha de focalizar o estudo de outro modo, ou haver um maior espírito de concentração nesse estudo, etc.

Analisar onde se falhou. Nas classificações académicas influem »»



muitos fatores, como o rendimento intelectual, o perfil de aptidões (as suas capacidades), a base académica, as suas atitudes, o seu esforço, as técnicas de estudo e de trabalho intelectual, as possíveis lacunas, o seu carácter... Não devemos menosprezar nenhum, porque muito esforço sem boa base pode ser em vão e, pelo contrário, um bom perfil intelectual sem trabalho pode fazer desperdiçar um registo.

Não lhes provocar ansiedade. Muitas vezes, o nosso nervosismo, as nossas explosões ou a nossa própria preocupação fazem mocha no seu equilíbrio emocional. Dizer-lhes coisas como “que desgosto me deste”, “com estas notas fazes uma figura ridícula”, “assim não vais a lado nenhum”...

podem deprimi-lo ainda mais do que já está. Não se trata de encarar as notas de forma ligeira, mas deve ter-se em conta que ele ou ela são, mesmo que o queiram dissimular, quem mais sofre.

Focalizar o assunto pelo lado positivo e demonstrar-lhe a nossa confiança. Isso não impede que lhes façamos refletir sobre o mal como correram as coisas; mas devem ver uma saída possível e que a encetem com otimismo.

Interessarmo-nos por tudo aquilo que fazem, não apenas pelas notas. Não podemos centrar tudo nos resultados escolares. A educação deve ser integral; todos os aspetos são importantes: passatempos, amigos, preocupações, objetivos de vida...

Ouvir a pessoa. Talvez a entrega de notas seja uma boa ocasião para a ouvir, para ouvir o que sente, o que pensa, como encara o futuro, o que espera de nós...

Nunca a comparar com outros. Embora ela própria se compare com os colegas (sobretudo com os que tiveram piores notas), não devemos fazer o contrário e comparar com os “bons estudantes”. Em qualquer caso, façamos comparações consigo própria noutras situações.

Sermos realistas. Não podemos pedir mais a um filho do que ele pode dar. Para isso, devemos conhecê-lo bem em todos os aspetos e saber até onde lhe podemos fazer exigências. Se sabemos que ele pode, devemos

»»



convencê-lo das suas possibilidades e encorajá-lo a que efetue a mudança. Estamos presentes para o ajudar.

O boletim de notas diz muito de um filho, mas não diz tudo. Ele ou ela são muito mais que um boletim de notas. ▣

DOCUMENTAÇÃO



A zona Erasmus: 25 anos de sucesso

Agora que na UE predomina a palavra *crise*, não é de mais recordar uma das suas histórias de sucesso: o programa Erasmus, que acaba de cumprir 25 anos. Nascido no ano letivo de 1987-88, o Erasmus oferece aos jovens universitários a possibilidade de estudar durante um espaço temporal – de 3 a 12 meses – num centro de ensino superior de outro país europeu. Desde a sua criação, mais de 2,5 milhões de estudantes europeus participaram

no programa, o que permitiu avançar na integração europeia e abriu o caminho para o “processo de Bolonha”, da harmonização dos estudos universitários na Europa.

Durante o ano letivo de 2010-2011 – o último de que se publicaram dados – 231.410 estudantes foram para outro país europeu tendo por objetivo estudar ou estagiar em empresas, o que constituiu um aumento de 7,2% em relação ao ano letivo anterior.

A Espanha é o país que envia mais estudantes para o estrangeiro (36.183), seguida por França, Alemanha, Itália e Polónia.

O destino mais popular entre os estudantes europeus é também a Espanha, que recebeu 37.433 estudantes. Seguem-se a França, a Alemanha, a Grã-Bretanha – que recebe o dobro dos estudantes que envia - e a Itália.



O sucesso da mobilidade estudantil é inegável. Aquilo que alguns questionam é se o motivo tem mais a ver com um interesse turístico do que académico. No caso da Espanha, é notória a sua capacidade de atração para os Erasmus; pelo contrário, no conjunto de alunos estrangeiros que fazem os seus estudos em Espanha, os provenientes da UE são minoria: 37% entre os estrangeiros que fazem estudos de licenciatura e 22% nos mestrados. Por outro lado, tanto em Espanha como noutros países, é muito raro que um aluno Erasmus não seja aprovado no seu semestre ou no seu ano letivo. Mas, embora o valor acrescentado académico seja discutível, a ideia é que uma estadia no estrangeiro faz abrir sempre o espírito e favorece

a aprendizagem da língua. Segundo estimativas da Comissão Europeia, cerca de 10% dos estudantes europeus estudam agora noutro país uma temporada, cuja duração média costuma ser de seis meses.

Cerca de 4,5% de todos os universitários europeus receberam uma bolsa Erasmus nalgum momento dos estudos. O custo – 250 euros mensais – é insuficiente para cobrir todos os gastos. Mas também cerca de 3% dos estudantes Erasmus participam no processo sem bolsa. A média etária dos estudantes participantes é de 22 anos.

O orçamento anual do programa é atualmente de 489 milhões de euros, e a Comissão Europeia está disposta a aumentá-lo.

Juntamente com as estadias para estudar numa universidade, o programa inclui também estadias em empresas para fazer estágios, possibilidade que, no último ano letivo, foi aproveitada por 41.000 estudantes. ■

Partilhe com a AESE as suas
questões, Notícias e Passaporte
(elianalucas@aese.pt)

AESE Lisboa

Júlia Côte-Real
Telemóvel (+351) 939 871 256
Telefone (+351) 217 221 530
Fax (+351) 217 221 550
j.cortereal@aese.pt
Edifício Sede, Calçada
de Palma de Baixo, n.º 12
1600-177 Lisboa

AESE Porto

Carlos Fonseca
Telefone (+351) 226 108 025
Fax (+351) 226 108 026
carlos.fonseca@aese.pt
Rua do Pinheiro Manso,
662-esc. 1.12
4100-411 Porto

Seminários

Filomena Gonçalves
Telemóvel (+351) 939 939 639
Telefone (+351) 217 221 530
seminarios@aese.pt

Formulário de cancelamento:

Alumni

Abdel Gama
Telefone (+351) 217 221 530
abdelgama@aese.pt

www.aese.com.pt/cancelamento

Formulário de novas adesões:

www.aese.com.pt/adesao

www.aese.pt